

Cardeal
Tempesta

Maria Assunta ao Céu: A Esperança que não decepciona

PÁGINA 7

Foz do Amazonas

Petrobras
acha petróleo
na Margem
Equatorial

A Petrobras informou nesta sexta-feira que identificou a presença de hidrocarbonetos em poço exploratório em perfuração no bloco FZA-M-59, em águas profundas do Amapá, na bacia sedimentar da Foz do Amazonas, na margem equatorial brasileira. Os hidrocarbonetos são obtidos principalmente do petróleo e do gás natural, servindo como matéria-prima essencial para combustíveis, plásticos e borrachas. O poço Morpho (1-BRSA-1405-APS) está localizado a cerca de 175 km da costa do estado do Amapá, em lâmina d'água de 2.886 metros. “Nosso otimismo em relação à margem equatorial brasileira se confirma hoje [sexta-feira]. Essa primeira descoberta na costa do Amapá é resultado da dedicação e da competência da Petrobras, que está comprometida com a recomposição das reservas de petróleo e com a segurança energética do país”, disse a presidente da Petrobras, Magda Chambríard. De acordo com a Petrobras, o intervalo portador de hidrocarbonetos foi constatado por meio de perfis elétricos e indicativos em rocha. A Petrobras é a operadora do bloco e detém 100% de participação na área. O bloco foi adquirido na 11ª Rodada de Licitações. **PÁGINA 2**

Observadores

OEA enviará ao
Brasil missão para
fiscalizar eleições

A Organização dos Estados Americanos (OEA) informou que enviará observadores internacionais para acompanhar o andamento das eleições gerais de outubro. Os membros da entidade percorrerão locais de votação e terão reuniões com autoridades brasileiras durante o primeiro e segundo turnos da eleição. O acordo que permitirá o ingresso dos observadores no Brasil foi assinado na quinta-feira passada pelo secretário-geral da OAB, Albert Ramdim. **PÁGINA 6**

Tarifaço

Governo ouvirá empresários para
decidir se aplicará lei contra EUA

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta sexta-feira que ouvirá os empresários brasileiros e estrangeiros sobre os possíveis impactos da aplicação da Lei da Reciprocidade do Brasil, em resposta ao tarifaço imposto pelos EUA. A iniciativa levou a um aumento de 37,5% nos impostos de alguns produtos. A decisão do governo brasileiro sobre a

adoção formal das contramedidas proporcionais para preservar a competitividade comercial do Brasil virá após essa análise. “O processo de reciprocidade em um país sério, e que quer ouvir quem é afetado pela reciprocidade, demanda oitiva de eventuais interessados e eventuais impactados por uma medida”, pontuou o ministro da Fazenda. **PÁGINA 2**

Diplomacia



RICARDO STUCKERT/PR

Lula só aceitará embaixador
dos EUA depois das eleições

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta sexta-feira que o governo brasileiro só concederá o agrément ao indicado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para a embaixada norte-americana em Brasília, Daniel Perez, após as eleições de outubro. Durante entrevista aos podcasts Não Inviabilize e As Cunhãs, Lula criticou as tentativas de interferência do governo norte-americano

em questões internas do Brasil. “Ouvi dizer que eles (EUA) queriam mandar duas pessoas para vir para cá para estudar as urnas, e nós não demos o visto. Agora, querem que eu apressadamente aceite o embaixador deles. Mas, agora, só (vamos aceitar) depois das eleições”, disse o presidente. O presidente Lula criticou a demora na indicação e o momento em que ela foi feita. **PÁGINA 7**

Ameaça



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Tarcísio terá que
explicar ação da
PM contra Haddad

O Ministério Público Eleitoral (MPE) deu prazo de cinco dias para que a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) (foto) preste esclarecimentos sobre a atuação de policiais militares nas proximidades da residência do candidato de oposição ao governo paulista Fernando Haddad (PT), na noite da última terça-feira. O órgão apura a suspeita de uso do aparato policial para intimidar o petista e seu motorista, Alessandro Caseri. **PÁGINA 5**

Indicadores

IBOVESPA (-0,23% / 167.100,95 / -390,12 / Volume: 29.412.731.063 / Negócios: 3.950.027)										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-1,16% (jul.)	EURO turismo		
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,07% (jul.)	Compra: 6,0585	Venda: 6,2385
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
SBSF3	24,28	-7,04	-1,84	ONCO11	0,090	+50,00	+0,030	TCSA3F	0,67	-12,99	-0,10	Dow Jones	53.839,99	+0,13	Taxa Selic		CDI	
B3SA3	14,80	+3,93	+0,56	ESTR4	1,71	+31,54	+0,41	FSRF11	0,07	-12,50	-0,01	S&P 500	7.798,99	+0,65	(06/08)	14,00%	(06/08)	13,90%
BBAS3	18,21	-4,16	-0,79	MLAS3	1,920	+23,08	+0,360	BIOM3	5,50	-10,57	-0,65	US Tech 100	29.284	+1,16	TR		OURO	
HAPV3	6,41	-33,09	-3,17	AZEV3	3,88	+18,65	+0,61	JSLG3	4,78	-9,81	-0,52	Euronext 100	1.974,94	+0,11	(14/08)	0,1730%	BM&F/grama/RJ	R\$ 726,09
CVCB3	D1,28	-5,19	-0,07	ALLD3	5,230	+17,53	+0,780	FESA4	5,09	-9,59	-0,54	CAC 40	8.650,56	-0,28	Poupança		EURO Comercial	
												FTSE 100	10.772,67	-0,56	(14/08)	0,6739%	Compra: 5,9858	Venda: 5,9864
																	Compra: 5,2196	Venda: 5,3996

MERCADOS

Bovespa cai 3,23% na semana com eleições e saída de estrangeiros

JULIANA MACHADO/AE

A melhora do humor dos investidores na reta final do pregão levou a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a recuperar os 166 mil pontos e encerrar o dia perto da estabilidade. As fortes quedas registradas ao longo de toda a sessão abriram espaço para uma recuperação marginal, com investidores aproveitando para realizar um recalibramento das carteiras.

A despeito disso, o Ibovespa (Índice Bovespa) registra diversas marcas negativas no encerramento dos negócios de nesta sexta-feira. O índice engatou o seu nono pregão seguido de queda (-0,1%, aos 166 934,20 pontos), maior série de perdas em três anos. Na semana, o recuo foi de 3,23%. Em agosto, a baixa acumulada já é de 6,22%. Não houve um pregão sequer de alta do índice no mês até agora.

O EWZ, principal ETF ligado a ações brasileiras negociado em Nova York, já tem a pior semana desde o começo de junho ao acumular perdas de mais de 4%, enquanto o EEM, maior ETF ligado aos emergentes, sobe 1,5% - um claro sinal de que a história negativa está mais concentrada sobre o Brasil.

De um lado, os estrangeiros seguem retirando recursos da bolsa local na esteira da revisão de recomendação para ativos brasileiros, como a do JPMorgan, que retirou o Brasil da indicação de compra para

neutra nesta semana. Aliado a isso, um movimento de embolsar lucros obtidos ao longo do ano para procurar por papéis de tecnologia em outros mercados vêm enxugando a liquidez do país.

Não bastassem esses elementos, o mercado também observa com ceticismo a decisão do Brasil de acionar a Lei de Reciprocidade e notificar o governo norte-americano, como resposta ao tarifaço promovido pelo presidente dos EUA, Donald Trump. As ocupações em torno de uma escalada nas relações comerciais, com potenciais implicações econômicas, voltam a dar o tom dos mercados - e devem continuar se refletindo nos pregões seguintes, segundo os especialistas.

DÓLAR

O dólar emendou o quinto pregão consecutivo de alta nesta sexta-feira, ultrapassou o teto de R\$ 5,20 no fechamento e encerrou o dia nos maiores níveis desde o fim de março.

Depois de flertar com os R\$ 5,25 no início da tarde, quando registrou máxima de R\$ 5,249, o dólar à vista terminou a sessão em alta de 0,52%, a R\$ 5,2199 - maior valor de fechamento desde 30 de março (R\$ 5,2478). A moeda norte-americana fecha a semana com ganhos de 2,68%, o que leva a valorização acumulada em agosto a 2,95%, após baixa de 1,79% em julho.

COMBUSTÍVEL

Cosan tem lucro líquido consolidado de R\$ 187 milhões no 1º trimestre

JÚLIA PESTANA/AE

A Cosan registrou lucro líquido consolidado de R\$ 187 milhões no segundo trimestre de 2026, revertendo o prejuízo de R\$ 568 milhões apurado em igual período do ano anterior.

Do lucro consolidado, R\$ 507 milhões foram atribuídos aos acionistas não controladores. Já a parcela atribuída aos controladores da Cosan ficou negativa em R\$ 320 milhões, ante prejuízo de R\$ 946 milhões um ano antes, uma melhora de 66%.

A melhora do resultado atribuído aos controladores, segundo a empresa, foi favorecida pela menor despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, pela melhora do resultado financeiro da holding, pela redução das despesas e pela ausência do reconhecimento contábil do resultado da Raízen.

Esses efeitos compensaram o impacto negativo de R\$ 233 milhões relacionado à redução do valor contábil do Terminal de Uso Privado Porto São Luís. Sem esse efeito, o prejuízo atribuído aos controladores teria sido de R\$ 167 milhões.

A receita líquida consolidada cresceu 3% na comparação anual, para R\$ 10,7 bilhões. O

Ebitda ajustado somou R\$ 3,9 bilhões. Sem os ajustes, o Ebitda alcançou R\$ 3,5 bilhões, avanço de 24% ante o segundo trimestre de 2025.

O resultado financeiro consolidado ficou negativo em R\$ 1,852 bilhão, uma piora de 3% ante o saldo negativo de R\$ 1,803 bilhão apurado um ano antes. Considerando apenas a holding, o resultado financeiro negativo melhorou em R\$ 106 milhões, para R\$ 552 milhões.

A companhia atribuiu a melhora na holding principalmente ao aumento dos rendimentos de aplicações financeiras, diante do maior saldo médio de caixa. O desempenho também refletiu a estrutura de alienação e derivativos com ações da Rumo e a entrada dos recursos da oferta de ações da Compass.

Já a dívida líquida expandida encerrou junho em R\$ 9,2 bilhões, queda de 47% ante o segundo trimestre de 2025 e de 20% em relação ao primeiro trimestre deste ano. A redução trimestral refletiu a entrada de recursos da oferta da Compass, que permitiu a liquidação antecipada de debêntures e notas comerciais.

Os investimentos consolidados cresceram 9% na comparação anual, para R\$ 2,1 bilhões.

PRISMA FISCAL

Previsão de déficit primário em 2026 atinge R\$ 59,145 bi

FLÁVIA SAID/AE

A mediana do Prisma Fiscal para o déficit primário do Governo Central em 2026 aumentou de R\$ 58,077 bilhões em julho para R\$ 59,145 bilhões em agosto. A estimativa intermediária para 2027, que estava em R\$ 53,878 bilhões em julho, foi para R\$ 55,000 bilhões.

Os números foram divulgados pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda nesta sexta-feira. A coleta dos dados foi fechada no 5º dia útil de agosto.

O governo negociou com o

Congresso maneiras de obter a arrecadação necessária para fechar o orçamento deste ano. No fim de 2025, aprovou um corte linear nos benefícios tributários do governo e ampliou a tributação sobre apostas eletrônicas, fintechs e Juros sobre Capital Próprio (JCP).

A norma promove um corte linear nos incentivos fiscais e deve gerar arrecadação superior aos R\$ 20 bilhões estimados como necessários para auxiliar o cumprimento da meta fiscal de 2026, que prevê superávit de R\$ 34,3 bilhões.

A meta fiscal é de superávit de 0,25% percentual do Produto

Interno Bruto (PIB) este ano, com tolerância de 0,25 ponto.

DGBB

Os economistas do mercado consultados pela SPE mantiveram as estimativas para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) para o fim de 2026, que permanece em 83,0%. Para 2027, a mediana de DBGG/PIB oscilou de 86,50% para 86,77%. A estimativa intermediária do Prisma Fiscal para o déficit nominal do Governo Central este ano subiu, saindo de R\$ 1,094 trilhão para R\$ 1,102 trilhão.

A mediana para a arrecadação federal subiu de R\$ 3,175 trilhões para R\$ 3,185 trilhões em 2026, e caiu de R\$ 3,374 trilhões para R\$ 3,370 trilhões em 2027. Com isso, a estimativa intermediária para a Receita Corrente Líquida (RCL) do Governo Central passou de R\$ 2,567 trilhões para R\$ 2,574 trilhões neste ano, e se manteve em R\$ 2,732 trilhões no próximo ano.

A mediana da projeção do Prisma Fiscal para a despesa total do Governo Central saiu de R\$ 2,626 trilhões para R\$ 2,624 trilhões em 2026, e de R\$ 2,756 trilhões para R\$ 2,787 trilhões em 2007.

POÇO DE MORPHO

Petrobras anuncia descoberta de petróleo na Margem Equatorial

DENISE LUNA/AE

A Petrobras atingiu nesta sexta-feira, o reservatório do poço de Morpho, na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira, identificando a descoberta de óleo. A informa-

ção foi apurada pelo Grupo Estado, e confirmada pela estatal minutos depois.

O fim da campanha de exploração no poço pioneiro nas águas ultraprofundas da região havia antecipado pela diretora de Exploração & Produção da

Petrobras, Sylvia Anjos, em evento nesta semana. Em entrevista na terça-feira passada, a executiva afirmou que a descoberta aconteceria em dois ou três dias. Morpho está localizada a cerca de 175 quilômetros da costa do estado do Amapá,

em lâmina d'água de 2.886 metros. A Petrobras é a operadora do bloco FZA-M-59, onde está Morpho, e detém 100% de participação na área. O bloco foi adquirido na 11ª Rodada de Licitações da ANP, em 2013, sob o regime de concessão.

TARIFAÇO

Governo ouvirá empresários para decidir se aplicará lei contra EUA

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta sexta-feira que ouvirá os empresários brasileiros e estrangeiros sobre os possíveis impactos da aplicação da Lei da Reciprocidade do Brasil, em resposta ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos. A iniciativa levou a um aumento de 37,5% nos impostos de alguns produtos.

A decisão do governo brasileiro sobre a adoção formal das contramedidas proporcionais para preservar a competitividade comercial do Brasil virá após essa análise.

“O processo de reciprocidade em um país sério, e que quer ouvir quem é afetado pela reciprocidade, demanda oitiva de eventuais interessados e eventuais impactados por uma medida que pode vir ou não a ser adotada no futuro”, pontuou o ministro da Fazenda.

Na quinta-feira passada, o governo brasileiro oficializou a abertura do processo para a aplicação de medidas de reciprocidade comercial.

Em entrevista à imprensa, o chefe da pasta da Fazenda lembrou que a medida legal foi aprovada no ano passado por unanimidade no Congresso Na-

cional, mas que é preciso cautela. “(O governo) tem sempre muita cautela e muita responsabilidade para manejá-la.”

O governo de Donald Trump alega práticas comerciais injustas que prejudicam o mercado norte-americano, além da suposta existência de trabalho forçado, para justificar a sobretaxa de parte das exportações brasileiras.

LEI DE RECIPROCIDADE

A Lei nº 15.122 estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de outro país que impac-

tem negativamente a competitividade econômica do Brasil.

Ou seja, se um país com o qual o Brasil tem relação comercial adota uma medida que o prejudique nessa relação, o governo pode adotar uma série de contramedidas. Dentre elas, impor tributos ou taxas, acabar com isenções ou redução de valores de tarifas de importação, ou restringir importações de bens ou serviços.

Essas contramedidas devem ser, na medida do possível, aplicadas na mesma proporção do prejuízo econômico causado por outro país ou bloco econômico ao Brasil.

BALANÇO

Marisa tem prejuízo líquido de R\$ 68,4 milhões no segundo trimestre

JÚLIA PESTANA/AE

A Marisa registrou prejuízo líquido consolidado de R\$ 68,4 milhões no segundo trimestre de 2026, revertendo lucro de R\$ 2,1 milhões apurado em igual período do ano passado.

O Ebitda (pré-IFRS 16) somou R\$ 36,1 milhões, crescimento de 89,9% na comparação anual. Enquanto isso, a receita líquida consolidada recuou 2,1%, para R\$ 386,2 milhões.

No conceito mesmas lojas,

que considera as unidades em funcionamento há mais de 12 meses, a receita cresceu 3,2%, para R\$ 379,4 milhões. Segundo a varejista, sem os efeitos da Copa do Mundo, a alta teria sido de 5,3%.

Em entrevista ao Grupo Estado, o presidente da Marisa, Edson Garcia, afirmou que o torneio provocou queda relevante do fluxo, inclusive com o fechamento antecipado de shopping centers em dias de jogos. O executivo destacou, no entanto,

que a receita das mesmas lojas acumula crescimento de 24,6% em dois anos.

O lucro bruto das mesmas lojas aumentou 5,2%, para R\$ 194,6 milhões, enquanto a margem bruta subiu 1 p.p., para o patamar recorde de 51,3%.

Garcia explicou que a companhia passou a planejar individualmente cerca de 650 subcategorias, considerando o histórico de vendas, as margens e o giro dos produtos.

"Quando acertamos o plane-

jamento e o abastecimento, diminuímos a ruptura, melhoramos o giro, fazemos menos marcações e aumentamos a margem", afirmou. Segundo ele, a ampliação da base de fornecedores também permitiu melhorar as condições de compra

As vendas de produtos de inverno cresceram 7,2%. Nas categorias íntima e feminina, os avanços foram de 6,7% e 4,8%, respectivamente. O tiquete médio das mesmas lojas aumentou 1,4%.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

**Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. - CONCERT**

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

AVISO: Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento no Parecer de Orientação CVM no 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: Endereço eletrônico da Concer: <https://concer.com.br> e Endereço eletrônico do jornal da publicação: <https://diariodoacionista.com.br/>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais					Demonstração dos Resultados			
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido			31/12/2025	31/12/2024	
Circulante			(passivo a descoberto)			Receita operacional líquida	306.953	374.615
Caixa e equivalentes de caixa	3.152	632	Circulante			Amortização de intangível	(161.164)	(120.741)
Contas a receber	1.264	23.987	Fornecedores	6.814	25.407	Custo de construção	(5.608)	(27.562)
Partes relacionadas	—	4.646	Empréstimos e financiamentos	—	72.346	Operação de rodovias	(50.697)	(51.731)
Adiantamento a fornecedores	—	47	Partes relacionadas	50.563	92.467	Custos com pessoal	(35.475)	(34.898)
Impostos a recuperar	7.975	7.868	Salários, provisões e encargos sociais	2.137	12.136	Manutenção e conservação	(18.420)	(27.893)
Despesas antecipadas	690	2.748	Impostos, taxas e contribuições	19.914	10.865	Gastos subsidiência KM 81	(1.470)	(2.353)
Outros valores a receber	300	1.687	Arrendamento mercantil	—	575	Total custo dos serviços prestados	(272.834)	(265.178)
	13.381	41.615	Outras obrigações	21.025	8.756	Lucro (Prejuízo) bruto	34.119	109.437
				100.453	222.552	Despesas gerais e administrativas	(52.982)	(55.268)
Não circulante			Não circulante			Depreciação do imobilizado	(410)	(389)
Contas a receber	409	409	Impostos, taxas e contribuições	13.889	17.032	Depreciação do arrendamento mercantil	(673)	(577)
Depósitos judiciais	3.348	2.115	Provisões para riscos judiciais	77.277	51.787	Despesas com pessoal	(15.448)	(16.495)
IRPJ e CSLL diferidos	—	9.277	Arrendamento mercantil	—	39	Outras receitas/despesas operacionais	(24.836)	9.791
Imobilizado	1.676	1.969	Outras obrigações	402	524	Total das despesas gerais e administrativas	(94.349)	(62.938)
Intangível	—	155.550	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	91.568	69.382	Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(60.230)	46.499
Ativo de direito de uso	—	673	Capital subscrito	311.606	311.606	Resultado financeiro		
	5.433	169.993	Capital a integralizar	(2.035)	(2.035)	Receitas financeiras	818	2.083
			Prejuizos acumulados	(482.778)	(369.897)	Despesas financeiras	(24.192)	(126.681)
				(173.207)	(80.326)	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(23.374)	(124.598)
Total do ativo	18.814	211.608	Total do passivo e do patrimônio líquido	18.814	211.608		(83.604)	(78.099)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						IRPJ e CSLL	
	Capital Subscrito	Capital integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Corrente Diferido	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311.606	(2.035)	(294.772)	14.799		(9.277)	(17.026)
Prejuízo do exercício	-	-	(95.125)	(95.125)		(9.277)	(17.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	311.606	(2.035)	(389.897)	(80.326)		(92.881)	(95.125)
Prejuízo do exercício	-	-	(92.881)	(92.881)		24.206	24.206
Saldos em 31 de dezembro de 2025	311.606	(2.035)	(482.778)	(173.207)		(3,84)	(3,93)

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

Contexto operacional: A Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - R.Jo S.A. (Concer) foi constituída em 16 de outubro de 1995 com o objetivo de administrar e operar o trecho da rodovia BR-040 compreendido entre Juiz de Fora (MG) e o Rio de Janeiro (RJ). A concessão teve início em 1º de março de 1996, com prazo contratual de 25 anos, sendo regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A sede da Companhia está localizada em Duque de Caxias (RJ). O contrato de concessão confere à ANTT poderes regulatórios, incluindo a possibilidade de promover alterações unilaterais em suas cláusulas para atender ao interesse público, bem como fiscalizar a execução contratual e aplicar penalidades. As cláusulas de natureza econômico-financeira, no entanto, somente podem ser alteradas mediante anuência da concessionária, preservando-se a equação econômico-financeira originalmente pactuada. No dia 04 de novembro de 2025, a Companhia encerrou sua gestão na BR-040. A Companhia permanece responsável pelas obrigações contratuais até o efetivo cumprimento de todas as disposições previstas no contrato de concessão, o que inclui, além da transferência do trecho concedido ao novo operador, a apuração e liquidação dos haveres e deveres entre as partes inclusive os relativos a eventuais indenizações pelos investimentos não amortizados e demais créditos vinculados ao reequilíbrio do contrato. Tais valores vêm sendo objeto de apuração e tratativas tanto na esfera administrativa quanto judicial, e a Companhia vem adotando as providências necessárias para assegurar a regularidade do processo de transição e encerramento contratual, incluindo a entrega dos ativos reversíveis e a finalização dos compromissos recorrentes do contrato vigente.

1.1. 12º Termo Aditivo e recomposição do equilíbrio econômico do Contrato: Em 30 de abril de 2014, foi firmado junto ao Poder Concedente o 12º Termo Aditivo, tendo como objeto a inclusão de novos investimentos em complementação à verba já inicialmente prevista para a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis ("NSS"), constante do Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), e dispôs sobre a modalidade de reequilíbrio econômico-financeiro mediante aportes de recursos do Poder Concedente por meio da ANTT ou, em caso de não realização de maneira tempestiva e adequada desses, por meio de extensão do prazo do contrato de concessão, conforme disposto na cláusula 2.4 do referido Termo Aditivo. Como metodologia de recomposição da equação econômico-financeira da concessão, o 12º Termo Aditivo determinou o aporte direto de recursos pela União por meio da ANTT, sendo fixados os montantes de cada um dos aportes, bem como as datas para sua realização. De maneira alternativa, e em caso de inadimplemento da obrigação financeira a cargo da União, o instrumento estabelece o reequilíbrio por meio de extensão do prazo contratual (até dezessete anos e meio), conforme parâmetros fixados no próprio termo. Os aportes pactuados no 12º Termo Aditivo não foram materialmente honrados. Em consequência do inadimplemento da União, as obras da NSS — que envolvem a duplicação de cerca de 15 km da serra de Petrópolis e um túnel de 4,6 km de extensão — encontram-se paralisadas desde agosto de 2016. Para restabelecer o equilíbrio do contrato, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (Processos nº 1003618-57.2017.4.01.3400 e nº 1025293-08.2019.4.01.3400), por meio das quais busca o reconhecimento de diversos impactos que afetaram a equação econômico-financeira do contrato, incluindo: inadimplemento do 12º Termo Aditivo, custos de paralisação da obra, revisão de projeto executivo, atraso na obtenção do REIDI, variação de preços de insumos, greve dos caminhoneiros, mudanças no tráfego e desgaste do pavimento, entre outros. No curso dessas ações, o perito judicial designado apresentou laudos técnico e contábil que apontam um desequilíbrio contratual em favor da Concessionária no valor superior a R\$ 2 bilhões (valores atualizados até outubro de 2023), o que corresponderia a uma extensão contratual de aproximadamente 23 anos. Em julho de 2025, decisão proferida na Ação Civil Pública nº 0032657-83.2015.4.02.5106/RJ julgou improcedente o pedido de nulidade das cláusulas do 12º Termo Aditivo referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro, reconhecendo a regularidade técnica dos reajustes tarifários e a validade dos mecanismos contratuais pactuados. Após o encerramento da gestão na BR-040, a Concer segue adotando todas as medidas cabíveis para garantir a devida compensação pelos investimentos realizados e os direitos assegurados no contrato de concessão e no 12º Termo Aditivo, os quais foram reconhecidos em pericia judicial e em decisões favoráveis proferidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª e da 2ª Regiões.

1.2 Testes de recuperabilidade dos ativos de longo prazo: O estudo de recuperabilidade do ativo de longo prazo ocorrido em dezembro de 2024 não identificou a necessidade de baixa do ativo intangível referente à provisão para perdas de recuperabilidade de investimentos. O mesmo estudo indicou, porém, a impossibilidade de realização de parte dos ativos fiscais diferidos, relacionados a prejuízos fiscais e provisões para contingências, resultando na baixa de R\$ 28.132 no imposto diferido em dezembro de 2024. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia procedeu a baixa total do imposto diferido do Ativo Fiscal, devido à baixa expectativa de geração de lucro tributável no futuro. A Companhia realizou a amortização dos investimentos relacionados ao projeto da Nova Subida da Serra, adequando sua conclusão ao encerramento da gestão da BR-040.

1.3 Plano de continuidade operacional: Não obstante o leilão realizado em 30 de abril de 2025, a assinatura do contrato com a nova concessionária Elovias S.A. em 02 de outubro de 2025 e o encerramento das atividades operacionais em 03 de novembro de 2025, a Administração entende que a transição da operação da rodovia não caracteriza, por si só, a descontinuidade da Companhia. A continuidade operacional da Concer permanece vinculada ao cumprimento integral das obrigações e ao exercício dos direitos previstos no contrato de concessão, incluindo a apuração e liquidação de haveres e deveres perante o Poder Concedente — notadamente aqueles relacionados à indenização por investimentos não amortizados e à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, já reconhecida em decisões judiciais. A Administração segue atuando de forma tempestiva e assertiva na preservação dos direitos da Companhia, com base nas evidências disponíveis e no entendimento vigente das normas contábeis, mantendo a premissa de continuidade operacional até que ocorra: (i) o efetivo encerramento das obrigações contratuais; (ii) a definição final quanto à transição da concessão; ou (iii) eventual alteração relevante do cenário jurídico que impacte as medidas em curso relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis: A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 06 de março de 2026.

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações

orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Moeda funcional: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Políticas contábeis materiais e uso de estimativas e julgamentos:** As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Contratos de Concessão – ICPC 01 (R1): A Companhia contabiliza os Contratos de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, porque o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestações dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorizações (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pelo poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão. Conforme apresentado na nota explicativa 1, o Poder Concedente se comprometeu em financiar a construção da NSS. Face a inadiquência do Poder Concedente, conforme previsto no 12º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a seção 2.4, a Companhia busca em vias judiciais a compensação dos investimentos realizados. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas fazem o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa nos futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de riscos tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Amortização do ativo intangível: A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões das rodovias, tendo sido adotadas as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utilizou modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

2.5. Novas normas contábeis: **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis entrará em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027 com aplicação retrospectiva a da adoção antecipada não é permitida no Brasil. Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), introduzindo novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de demonstrações contábeis. Além disso, o IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) foi alterado para modificar o cálculo dos fluxos de caixa e remover a opção na classificação de dividendos e juros. A Companhia já está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas Demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às Demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados		
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	306.953	374.615
Amortização de intangível	(161.164)	(120.741)
Custo de construção	(5.608)	(27.562)
Operação de rodovias	(50.697)	(51.731)
Custos com pessoal	(35.475)	(34.898)
Manutenção e conservação	(18.420)	(27.893)
Gastos subsídio KM 81	(1.470)	(2.353)
Total custo dos serviços prestados	(272.834)	(265.178)
Lucro (Prejuízo) bruto	34.119	109.437
Despesas gerais e administrativas	(52.982)	(55.268)
Depreciação do imobilizado	(410)	(389)
Depreciação do arrendamento mercantil	(673)	(577)
Despesas com pessoal	(15.448)	(16.495)
Outras receitas/despesas operacionais	(24.836)	9.791
Total das despesas gerais e administrativas	(94.349)	(62.938)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(60.230)	46.499
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	818	2.083
Despesas financeiras	(24.192)	(126.681)
	(23.374)	(124.598)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(83.604)	(78.099)
IRPJ e CSLL		
Corrente	—	—
Diferido	(9.277)	(17.026)
	(9.277)	(17.026)
Prejuízo do exercício	(92.881)	(95.125)
Quantidade de ações (lotes de mil)	24.206	24.206
Prejuízo por ação (R\$)	(3,84)	(3,93)
Demonstração dos Resultados Abrangentes		

Demonstração dos Resultados Abrange

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(92.881)	(95.125)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	(92.881)	(95.125)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e CSLL (83.604)		(78.099)
Ajustes ao resultado que não afetaram o caixa		
Amortização e depreciação	162.247	122.413
Baixa de imobilizado	46	—
Apropriação de juros de mútuo e financiamentos	9.501	119.157
Apropriação de juros de outras obrigações	—	2.833
Provisão para riscos judiciais	25.490	(7.494)
Reversão de perdas	—	(706)
Provisão para perda estimada de recebíveis)	13.595	—
Variação em ativos e passivos operacionais		
Aumento líquido(diminuição) dos ativos		
Contas a receber de clientes	22.723	(3.608)
Contas a receber companhias ligadas, operações comerciais	(8.949)	(4.368)
Impostos a recuperar	(107)	(7.440)
Despesas antecipadas	2.058	(622)
Outros valores a receber	2.066	(823)
Depósitos judiciais	(1.865)	7.943
Aumento líquido(diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(18.593)	(12.124)
Salários, provisões e encargos sociais	(9.999)	2.462
Impostos, taxas e contribuições	5.906	8.938
Outras contas a pagar	12.147	(8.991)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	132.662	139.471
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do intangível e imobilizado	(5.777)	(28.375)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(5.777)	(28.375)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar companhias ligadas	(47.314)	(8.679)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(614)	(585)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(75.763)	(52.324)
Juros pagos sobre empréstimos	(674)	(50.724)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(124.365)	(112.312)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.520	(1.216)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	632	1.848
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.152	632

Demonstração do Valor Adicionado

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	327.518	410.502
Receitas de pedágio	318.875	374.229
Receitas de construção	5.608	27.562
Outras receitas	16.630	8.711
Provisão para perda estimada de recebíveis	(13.595)	—
Insumos adquiridos de terceiros	(125.829)	(138.229)
Custo dos serviços prestados	(50.869)	(17.733)
Custo de construção	(5.608)	(27.562)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.352)	(92.934)
Valor adicionado bruto	201.689	272.273
Amortização	(162.247)	(121.707)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	39.442	150.566
Valor adicionado recebido em transferência	818	2.083
Receitas financeiras	818	2.083
Valor adicionado total a distribuir	40.260	152.649
Distribuição do Valor Adicionado	40.260	152.649
Pessoal e encargos	47.806	45.373
Remuneração direta	31.892	32.976
Benefícios	9.089	10.805
F. G. T. S	6.789	1.592
Outras	36	—
Impostos, taxas e contribuições	40.804	56.365
Federais	24.251	37.081
Estaduais	20	240
Municipais	16.533	19.045
Remuneração do capital de terceiros	26.526	129.218
Juros	24.192	126.680
Aluguéis	2.334	2.538
Remuneração do poder concedente	—	16.818
Remuneração de capitais próprios	18.005	(95.125)
Lucros retidos do exercício	(92.881)	(95.125)

trações contábeis. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – entrará em vigor para as Demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis adotem requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, uma entidade não pode ter instrumentos patrimoniais negociados publicamente e deve ser uma controlada conforme o IFRS 10 (CPC 36 (R3)), não ter responsabilidade pública e ter uma controladora que prepare Demonstrações contábeis consolidadas compatíveis com os padrões IFRS, disponíveis ao público.

Conselho de Administração
Carlo Alberto Bottarelli - Presidente
José Tomás Vieira dos Santos - Conselheiro Titular
João Villar Garcia - Conselheiro Titular
Diretoria Executiva
Marco Antônio Ladeira de Oliveira - Diretor Presidente
Marcos Paulo Fernandes Pereira - Diretor Administrativo Financeiro
Responsável Técnico
Jacqueline Gnoatto - Contadora - CRC RS 075304/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. - CONCER em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). São Paulo, 06 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/0-1
Thiago Bragatto - Contador - CRC 1SP-234.100/0-4

Tel.: (21)

99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

SEGUNDO TRIMESTRE

Samarco registra prejuízo líquido de US\$ 328,5 milhões

JULIANA GARÇON/AE

A Samarco, joint venture das mineradoras Vale e BHP, registrou prejuízo líquido de US\$ 328,5 milhões no segundo trimestre de 2026, ante resultado negativo de US\$ 1,69 bilhão um ano antes. Segundo a companhia, o resultado foi principalmente afetado pelo resultado financeiro, que continua fortemente influenciado pelas obrigações relacionadas à reparação e pelos efeitos cambiais sobre passivos. No primeiro trimestre de 2026, a Samarco havia registrado prejuízo de US\$ 1,12 bilhão. A receita líquida somou US\$ 469,7 milhões entre abril e junho, praticamente estável ante

os US\$ 469,9 milhões registrados no mesmo período de 2025. Na comparação com o primeiro trimestre, porém, houve alta de 16%, com a recuperação dos volumes de vendas. As vendas de produtos totalizaram 3,9 milhões de toneladas no segundo trimestre, alta de 23% em relação ao trimestre anterior e queda de 1% ante o mesmo período de 2025. O Ebitda ajustado da Samarco foi de US\$ 234,7 milhões no segundo trimestre, queda de 18% em relação a um ano antes, afetado principalmente por custos mais elevados. Na comparação com o primeiro trimestre, contudo, o indicador avançou 22%, beneficiado pela recuperação dos volumes de vendas.

TARIFAÇÃO DOS EUA

Amcham pede cautela e equilíbrio ao Brasil ao adotar a reciprocidade

GABRIELA JUCÁ/AE

A Amcham Brasil diz que acompanha "com atenção" a decisão do governo brasileiro de iniciar o processo para a aplicação da Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos. Com a nova dinâmica, a entidade reforça a visão de que a intensificação do diálogo e das negociações entre os dois países segue como o caminho prioritário a ser adotado. A preferência pela persistência das negociações reflete a visão predominante do setor empresarial consultado pela Amcham. Em levantamento recente da entidade, 90,5% das empresas defenderam a intensificação do diálogo diplomático e comercial com os EUA, enquanto apenas 3,2% apontaram a adoção de medidas de reciprocidade como estratégia a ser executada. O objetivo, com a persistência das negociações, permanece o mesmo: reduzir as sobretaxas sobre produtos brasi-

leiros, evitar novas restrições e construir um acordo que preserve e amplie o comércio e os investimentos bilaterais, de acordo com a Amcham Brasil. A entidade lembra que a abertura do processo de reciprocidade não representa, por ora, a adoção de contramedidas pelo Brasil, uma vez que há a previsão de consultas diplomáticas com o governo dos EUA, análise de enquadramento e consulta pública. "Nesse contexto, a Amcham considera fundamental que esse procedimento seja conduzido com equilíbrio, moderação e avaliação criteriosa de seus potenciais impactos, assegurando ampla participação do setor empresarial", afirma. A Amcham ainda avalia que a adoção de eventuais contramedidas deve ser evitada, diante de um eventual aumento de custos, pressão sobre as cadeias produtivas e investimentos e piora na relação como um todo com os Estados Unidos.

IRREGULARIDADES

BC decreta liquidação de empresas do grupo Simpala

MARIANNA GUALTER/AE

O Banco Central decretou nesta sexta-feira, a liquidação extrajudicial da Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda. e da Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. Segundo a autoridade monetária, a liquidação foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira das instituições, com sujeição

de seus credores quirográficos a risco anormal, bem como pela existência de graves violações às normas que disciplinam suas atividades. As captações da Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento têm cobertura do Fundo Garantidor de Créditos, observadas as limitações pertinentes. As instituições integram conglomerado prudencial classificado no segmento S4. Segundo

o BC, a administradora tem baixa relevância no sistema de consórcios, representando 0,1% dos consorciados ativos e 0,1% dos recursos a coletar dos grupos de consórcio. Já a financeira detinha, em junho de 2026, 0,004% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Ambas as empresas têm sede em Porto Alegre (RS). "O Banco Central continuará tomando todas as medidas cabíveis para apurar as responsabili-

dades nos termos de suas competências legais", diz o BC, em nota. "O resultado das apurações poderá levar à aplicação de medidas sancionadoras de caráter administrativo e a comunicações às autoridades competentes, observadas as disposições legais aplicáveis. Nos termos da lei, ficam indisponíveis, a partir de hoje, os bens dos controladores e dos ex-administradores das instituições objeto da liquidação extrajudicial."

Controladores dizem que liquidação pelo Banco Central foi desproporcional

MARIANNA GUALTER/AE

Os controladores da Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios LTDA e da Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento manifestaram sur-

presa com a liquidação das instituições, decretada na manhã desta sexta-feira pelo Banco Central. Em nota, disseram considerar a medida desproporcional, "especialmente diante da trajetória de integridade das empresas,

uma delas com mais de 50 anos". Também afirmaram que sempre atuaram com rigorosa observância à legislação e com postura de plena colaboração com órgãos reguladores. Acrescentaram que seguirão

contribuindo com as autoridades no pleno fornecimento das informações necessárias. "Os controladores ressaltam, ainda, preocupação com as consequências da medida para os seus mais de 140 funcionários."

PLANEJAMENTO

PLP dos combustíveis custa R\$ 7,45 bilhões com subvenção e créditos

FLÁVIA SAID E MATEUS MAIA/AE

O Ministério do Planejamento e Orçamento informou, nesta sexta-feira, que o Projeto de Lei Complementar dos Combustíveis (PLP 114/2026), aprovado na quarta-feira passada, pelo Congresso com uma série de inclusões alheias ao texto original, terá impacto de R\$ 7,45 bilhões em 2026 e mais R\$ 10 bilhões no intervalo de 2027 a 2031 ao menos. Em nota ao Grupo Estado, a pasta salientou que as medidas que autorizam renúncias fiscais ainda deverão ser regulamentadas. "Por essa razão, os impactos fiscais dos benefícios tributários autorizados no PLP serão estimados posteriormente, na proposição dos atos de regulamentação específicos para cada benefício", disse. No entanto, o texto trouxe estimativas para as seguintes iniciativas:

- Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) - Autorização para concessão de benefício tributário limitado a R\$ 5 bilhões em renúncia entre 2027 e 2031 (R\$ 1 bi/ano);
 - Setor de Minerais Críticos - Autorização para concessão de benefício tributário limitado a R\$ 1 bilhão/ano por 5 anos em dispositivo legal a ser apreciado pelo Senado Federal;
- ETANOL:**
1. subvenção de até R\$ 1,2 bilhão correspondente ao período de subvenção para gasolina (exigência constitucional de diferencial competitivo entre combustíveis fósseis e não fósseis);
 2. crédito tributário de PIS/Cofins limitado a R\$ 750 milhões;
- Antecipação de recursos do Fundo Social para iniciativas de Saúde e Educação - R\$ 3 bilhões;

Ministério da Defesa - Ampliação do limite para orçar despesas com projetos estratégicos de defesa fora das regras fiscais. A antecipação é de R\$ 2,5 bilhões do exercício de 2028, o que eleva para R\$ 5 bilhões o limite para este ano. Apesar de não poder ser considerado um recurso "novo", a antecipação de recursos do Fundo Social para iniciativas de Saúde e Educação e ampliação do limite para orçar despesas com projetos estratégicos de defesa fora das regras fiscais irão produzir impactos já neste ano. Eram recursos previstos para os próximos anos que serão adiantados, gastos agora e abatidos nos orçamentos dos anos originais. Já em 2027 o impacto fiscal virá do Profert e da concessão de benefício tributário ao setor de minerais críticos. Para compensar, foram inseridos gatilhos para reduzir, em R\$ 10 bilhões, o gasto obrigatório em 2027. Nos anos seguintes, de acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a conta precisará ser feita a cada confecção do Orçamento. "Dessa forma, em situação de maior restrição fiscal, propicia-se maior estabilidade ao comportamento dessas despesas, sem que haja prejuízo à manutenção da sua trajetória de crescimento real, desvinculando-as de receitas específicas que apresentem evolução atípica em virtude de fatores conjunturais do

setor de petróleo e gás", escreveu o Planejamento em nota. Nos cálculos do advogado tributarista e sócio do RCA Advogados, Leonardo Roesler, para o Broadcast, o custo do projeto pode ser de ao menos R\$ 13,45 bilhões ao longo do tempo. "A conta pode ser maior porque não estão incluídos nesse R\$ 13,45 bilhões os benefícios tributários da Copa do Mundo Feminina, os incentivos à política de minerais críticos e, principalmente, o custo efetivo das próprias desonerações dos combustíveis, que dependerá dos atos a serem adotados pelo Executivo. Então, tecnicamente, R\$ 13,45 bilhões é o piso quantificável das medidas com valores expressos, e não o teto fiscal do projeto", afirmou. De acordo com Roesler, há um problema de transparência já que cada uma das políticas públicas estabelecidas nesse PLP deveriam trazer uma estimativa de impacto e fonte compensatória, mas isso é excetuado no próprio texto da nova lei, que aguarda sanção. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse na quinta-feira ao Broadcast, entretanto, que o custo para 2026 é de até R\$ 1,2 bilhão. A expectativa do ministro, inclusive, é de que o gasto obrigatório fique menor no ano que vem, em torno de R\$ 10 bilhões. Nos anos seguintes, de acordo com ele, a conta precisará ser feita a cada confecção do Orçamento.

Tangará Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

São convidados os Senhores Acionistas da **Tangará Energia S.A.**, a participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas de forma exclusivamente digital, em primeira convocação, às 14h00min, segunda convocação às 14h05min e terceira, e última, convocação às 14h10min, do dia 25 de agosto de 2026, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: em Assembleia Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** tomar conhecimento da renúncia de membro da Diretoria da Companhia e deliberar sobre a eleição e/ou reeleição dos membros da Diretoria; e **(iv)** deliberar sobre remuneração global anual dos administradores da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** a ratificação da antecipação e pagamento de dividendos, declarada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 22 de março de 2024, à conta dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a ratificação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024, para refletir a antecipação de dividendos anteriormente declarada, bem como a consequente correção do valor destinado à Reserva Especial; **(iii)** deliberar sobre a ratificação da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 26 de junho de 2024, para correção de erro material referente à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** ratificar todos os demais termos, condições e deliberações constantes da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024, que permanecem inalterados; **(v)** deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia e a consequente alteração do artigo correspondente do Estatuto Social; **(vi)** aprovar a utilização da Central de Balanços do SPED para as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, nos termos do art. 294, III, da LSA e regulamentação aplicável e alterar o jornal das publicações legais da Companhia quando não atendido os pressupostos legais; e **(vii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem por meio da referida plataforma. Para tomar parte e votar na Assembleia, o acionista deve provar sua qualidade como tal, apresentando, em até 2 horas de antecedência em relação ao horário designado para a primeira convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, seus documentos de representação pertinentes. Os documentos deverão ser encaminhados, com comprovante de recebimento, aos cuidados de Marina Silva Barboza, ao e-mail "marina.barboza@elera.com" com o assunto "**Tangará – AGOE 25/08/2026**", sendo certo que o prazo supracitado será considerado a partir do recebimento do e-mail pelo destinatário acima indicado. O link da Assembleia será enviado pela administração da Companhia em resposta ao referido e-mail com até 1 hora de antecedência da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma que não estejam sob controle da Companhia. Os acionistas representados por procuradores deverão encaminhar os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes no Art. 126, § 1º da LSA. Rio de Janeiro/RJ. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor Jurídico. (15, 18 e 19/08/2026)

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada em 08 de abril de 2026, às 12:00 horas, na sede social da LEST - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22250-040. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), considerando a presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente - Sr. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca, Secretário - Sr. Bruno Miguel Sieiro Ferreira. **4. Ordem do Dia:** Abertura de filial da Companhia no Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe. **5. Deliberações:** Após discutir e analisar o tema proposto na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, sem quaisquer restrições, aprovou a abertura de filial da Companhia no Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe. Em razão da presente deliberação, altera-se do artigo segundo do Estatuto Social da Companhia para a inclusão da alínea "d" que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**ARTIGO SEGUNDO** - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP: 22250-040, podendo abrir e encerrar agências, escritórios e filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Parágrafo Único** - A Companhia mantém filiais nas seguintes localidades: a) na Rua da Independência, nº 166, 1º andar, sl. 02, Centro, Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, CEP. 57.480-000, CNPJ nº 24.100.518/0002-46. b) na Avenida Recife, s/nº, Centro, Município de Jatobá, Estado de Pernambuco, CEP. 56.470-000, CNPJ nº 24.100.518/0003-27. c) na Rodovia SE 303, nº 130, Canindé de São Francisco, Estado de Sergipe, CEP. 49.820-000, CNPJ nº 24.100.518/0004-08. d) na Rodovia BR 235, Km 10, s/nº, Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, CEP: 49.162-700." **5.1.** Em virtude das alterações acima deliberadas, consolida-se o Estatuto Social da Companhia no Anexo forma do Anexo I. **5.2.** Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta assembleia, incluindo os registros públicos correspondentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca, como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. Acionista: Sertões Holding S.A.. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2026. **Mesa: Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - Presidente, **Bruno Miguel Sieiro Ferreira** - Secretário. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 13/08/2026 sob o nº 00007955026, 28900314285, André Rodrigues Marques de Souza - Secretário Geral.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
A Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Município de Petrópolis, com sede no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições estatutárias, por meio do **Conselheiro Luiz Carlos dos Santos**, vem por meio deste convocar todos os seus membros, em pleno gozo de seus direitos, para a **Assembleia Geral** que será realizada no dia **31 de agosto de 2026**, no endereço Rua Tereza, nº 654, Loja 28, superior Município de Petrópolis/RJ. Pauta da Reunião A reunião será realizada em primeira chamada às **13:00 horas**, com a presença de no mínimo dois terços dos membros. Se não houver quórum, a Assembleia será realizada em segunda e última chamada às **13:30 horas**, com qualquer número de membros presentes. A Assembleia terá como objetivo a eleição e posse dos seguintes cargos para a nova Diretoria: • Presidente; • Vice-Presidente; • Tesoureiro; • Tesoureiro Adjunto; As chapas interessadas em concorrer deverão ser inscritas na Secretaria da Associação até **05 de agosto de 2026**, conforme as regras previstas no Estatuto Social. Forma de Deliberação e Quórum A eleição será realizada por votação secreta, por chapa. A chapa que obtiver a maioria simples dos votos dos membros presentes será eleita. As decisões tomadas nesta Assembleia Geral serão soberanas e obrigatórias para todos os membros, independentemente de sua presença.

Petrópolis-RJ, 14 de Agosto de 2026.
Luiz Carlos dos Santos **Conselheiro Nacional**

AMEAÇA

Tarcísio terá de explicar ação da PM contra motorista de Haddad

GEOVANI BUCCI/AE

O Ministério Público Eleitoral (MPE) deu prazo de cinco dias para que a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**) preste esclarecimentos sobre a atuação de policiais militares nas proximidades da residência do candidato de oposição ao governo paulista Fernando Haddad (PT), na noite da última terça-feira. O órgão apura a suspeita de uso do aparato policial para intimidar o petista e seu motorista, Alessandro Caseri.

A apuração foi aberta a partir de uma representação da coligação Desperta São Paulo, de Haddad. Segundo o relato, uma viatura da Polícia Militar (PM) teria utilizado lanternas para identificar os ocupantes do veículo em que estava o candidato e, após o desembarque do petista, acompanhado seu motorista pela Avenida 23 de Maio.

O episódio teria terminado em uma abordagem nas proximidades do Hotel Pullman São Paulo Ibirapuera, local onde Alessandro teria estacionado e pedido informações aos policiais. Segundo o motorista, os oficiais da PM teriam dito para o motorista "vazar" após o contato.

Em despacho assinado pelo procurador regional eleitoral Paulo Taubemblatt, o MPE afirma que os fatos podem, em tese, configurar abuso dos poderes político e de autoridade, além de conduta vedada pelo uso de bens e servidores públicos em desacordo com as finalidades da administração. A medida tem caráter preliminar e busca reunir elementos para esclarecer o episódio.

O secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves, deverá informar se houve ordem, autorização ou anuência



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

da pasta para a realização de patrulhamento ostensivo no bairro Planalto Paulista naquela noite e explicar os motivos da operação, caso ela tenha ocorrido.

O MPE também requisitou à comandante-geral da Polícia Militar, coronel Glaucelmo Cavalli, o plano estratégico e operacional do batalhão responsável pela região, a delimitação dos setores de patrulhamento, os itinerários previstos e as ordens de serviço emitidas entre os dias 1º e 11 de agosto. A corporação ainda deverá identificar a viatura e os policiais envolvidos na ocorrência relatada.

O Hotel Pullman foi intimado a entregar, no mesmo prazo, imagens das câmeras de segurança das áreas públicas registradas depois das 21h40 do dia 11. O procurador determinou ainda o envio de uma cópia do caso ao Ministério Público de São Paulo para a análise de eventuais crimes de constrangi-

mento ilegal e ameaça. A tramitação da notícia de fato foi prorrogada por 90 dias.

A coligação de Haddad afirma ainda que o episódio pode ter relação com críticas feitas pelo candidato à política de segurança pública do atual governo paulista durante o debate promovido pela Band dois dias antes. A eventual retaliação institucional, porém, ainda não foi comprovada.

A PM instaurou uma investigação preliminar sobre o caso. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública, foram examinadas imagens de cerca de 40 câmeras privadas instaladas ao longo do trajeto informado pelo motorista, além de dados de geolocalização das viaturas. Até o momento, segundo a pasta, não foram encontrados indícios de abordagem irregular ou de interação dos policiais com Haddad e integrantes de sua equipe.

Imagens obtidas nas proxi-

midades da residência do petista mostram uma viatura passando pelo local no momento em que ele desembarca do carro, por volta das 21h45. A gravação, isoladamente, não permite confirmar se o motorista foi posteriormente perseguido ou abordado.

Tarcísio afirmou em coletiva de imprensa na noite de quinta-feira que Caseri será chamado para prestar depoimento formal e que a investigação deverá confrontar seu relato com as imagens e os demais elementos reunidos.

Haddad, por sua vez, disse que o funcionário se sentiu constrangido após ser acompanhado por cerca de cinco quilômetros e defendeu a análise de gravações do hotel e do sistema Smart Sampa. Segundo o petista, o objetivo é esclarecer o episódio e, caso seja constatada conduta inadequada, obter um pedido de desculpas ao motorista.

CAMPANHA

Multivacinação em SP inclui 20 imunizantes em 645 municípios

LÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Governo de São Paulo promove, até 1º de setembro, a Campanha de Multivacinação nos 645 municípios paulistas. Iniciada em 3 de agosto, a ação é voltada a crianças e adolescentes menores de 15 anos e prevê a oferta de 20 imunizantes, conforme a idade, o histórico vacinal e as indicações de cada vacina. Estão sendo oferecidas as vacinas BCG, hepatite B, pentavalente, poliomielite inativada, rotavírus, pneumocócica 10-valente, pneumocócica 20-valente, meningocócica C, influenza, covid-19, febre amarela, meningocócica ACWY, tríplice viral, varicela, DTP, hepatite A, pneumocócica 23-valente, dT, HPV e dengue tetravalente.

A vacinação é feita de acordo com o histórico vacinal, por isso os pais e responsáveis devem levar a caderneta de vacinação para conferência e aplicação apenas das doses necessárias.

SARAMPO

A vacina contra o sarampo continua sendo recomendada para moradores de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo. A vacinação é indicada para moradores de 6 meses a 59 anos, independentemente do histórico vacinal, desde que sejam respeitados os intervalos recomendados e as contraindicações. A estratégia foi adotada

após a confirmação de 23 casos da doença no estado em 2026 e busca conter a circulação do vírus. Dos 23 casos confirmados neste ano, dois são importados. Os outros 21 são considerados relacionados à importação, embora a fonte da infecção não tenha sido identificada. Entre os pacientes, 20 moram na capital, dois em São Bernardo do Campo e um em Guarulhos.

Dezesseis pacientes não tinham histórico de vacinação ou estavam com o esquema incompleto. Quinze tinham menos de 2 anos e oito estavam na faixa etária de 15 a 50 anos. Em 2025, o estado registrou dois casos importados de sarampo, ambos na capital.

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES-SP), cerca de 660 mil doses da vacina tríplice viral foram aplicadas desde 3 de agosto nos três municípios. Desse total, aproximadamente 500 mil foram aplicadas na cidade de São Paulo, 90 mil em Guarulhos e 70 mil em São Bernardo.

"Cada dose aplicada amplia a proteção da população e ajuda a interromper a circulação do vírus. O resultado alcançado nos três municípios mostra a mobilização da rede de saúde, mas a adesão precisa continuar", afirmou a coordenadora em Saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD) da SES-SP, Regiane de Paula.

CICLOVIAS

Prefeitura limita velocidade de bicicletas elétricas e patinetes

CAIO POSSATI/AE

A Prefeitura de São Paulo determinou que o limite de velocidade para a circulação de bicicletas elétricas, patinetes e outros equipamentos autopropelidos nas ciclovias e ciclofaixas para circulação de bicicletas (não compartilhada com pedestres) passe a ser de 20 km/h.

Essa e outras medidas foram publicadas no Diário Oficial do Município desta sexta-feira, por meio de portaria. As mudanças passarão a valer a partir do dia 28 de agosto.

ENTENDA AS MUDANÇAS

No caso de bicicletas elétricas, o documento determina que a velocidade máxima permitida seja de até 20 km/h em ciclovias ou ciclofaixas na pista e de até 6 km/h em ciclofaixa na calçada/canteiro compartilhada

com pedestres; calçada/canteiro com circulação compartilhada com pedestres; e vias ou áreas de pedestres.

A portaria também permite o uso de bicicleta elétrica em vias com velocidade de até 50 km/h que não tenham ciclovias ou ciclofaixa. Neste caso, o usuário pode transitar junto ao bordo da pista, no mesmo sentido do fluxo dos veículos, obedecendo à regulamentação de velocidade no local de circulação.

O documento proíbe a circulação de bicicletas e de bicicletas elétricas em vias de trânsito rápido e rodovias sem acostamento ou faixa própria. Exceções são feitas às bicicletas para uso esportivo.

No caso de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, a condução em posição de pé é permitida em ciclovias, ciclofaixas na pista ou ciclorrotas,

mas com limite de velocidade máxima de 20 km/h, bem como em ciclofaixas na calçada/canteiro compartilhadas com pedestres, mas com limite de 6 km/h.

Também é permitido, nesta modalidade, o tráfego em vias com velocidade máxima regulamentada de até 40 km/h, limitado à velocidade máxima de 20 km/h.

No caso da circulação de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos de forma sentada ou montada, a portaria também permite o uso de até 20 km/h em ciclovias ou ciclofaixas na pista e de até 6 km/h em ciclofaixas na calçada/canteiro compartilhadas com pedestres.

Também é permitido o tráfego em vias com velocidade regulamentada de até 50 km/h, sem ciclovias ou ciclofaixa, desde que o usuário obedeça à regulamen-

tação de velocidade no local de circulação.

É proibida a circulação de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos nas seguintes situações:

- Vias com velocidade máxima regulamentada acima de 40 km/h para equipamentos de mobilidade individual autopropelidos de condução de condução em posição de pé e acima de 50 km/h para equipamentos de mobilidade individual autopropelidos de condução sentada ou montada;
- Calçadas/passeios;
- Calçada/canteiro central com trânsito compartilhado de bicicletas e pedestres;
- Vias e áreas de pedestres.

A medida também é válida para a circulação de autopropelidos similares a cadeiras de rodas voltados à locomoção de pessoas com deficiência ou com comprometimento de mobilidade.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1º (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 21ª (vigésima primeira) Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 21ª Emissão da Canal Companhia De Securitização – lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Tocantins Energias Renováveis S.A.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial dos Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 09 de setembro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Ratificar a declaração de vencimento antecipado dos CRI, em razão da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 6.1.2, item (iii) do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Tocantins Energias Renováveis S.A.", conforme aditado, em razão do ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial pelas sociedades integrantes do Grupo Ponta-Thopen; (ii) Aprovar a contratação de assessor legal, nos termos e condições dispostos na proposta comercial a ser anexada na ata da presente assembleia; (iii) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos e quaisquer atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI Lyon 21", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 14 de agosto de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1º (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM QUATRO SÉRIES, DA 123ª (CENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 123ª (centésima vigésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em quatro séries, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da 15.1 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª A 4ª Séries Da 123ª (Centésima Vigésima Terceira) Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Incorporadora Imãos Leite Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de setembro de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 9.1.2, subitem (h), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 8.1.2, subitem (h), do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais, Em 4 (Quatro) Séries, Com Garantias Reais E Fidejussórias, Para Colocação Privada, Da Incorporadora Imãos Leite Ltda."; ii. ("Notas Comerciais"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária da realização dos aditamentos, referentes ao 2º (segundo) semestre de 2024, 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres de 2025 e 1º (primeiro) semestre de 2026, conforme a Cláusula 2.3, do "Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças" ("Cessão Fiduciária"); iii. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 9.1.2, subitem (h), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 8.1.2, subitem (h), das Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio pela Fiduciante da procuração renovada, tendo em vista que a anteriormente enviada atingiu o seu prazo de vencimento em 11 de novembro de 2025, conforme a Cláusula 10.5, da Cessão Fiduciária; iii. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 9.1.2, subitem (h), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 8.1.2, subitem (h), das Notas Comerciais, em virtude do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio do contrato social atualizado, referente a 2025 e 2026, conforme a Cláusula 5.4.1, do "Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Quotas Em Garantia E Outras Avenças" ("Alienação Fiduciária de Quotas"); iv. Caso aprovados os itens "i" a "iii" acima, aprovar prazo adicional de até 90 (noventa) dias, a contar da formalização desta assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas; Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrar todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação, bem como ficam ratificados todos os atos praticados até a realização da Assembleia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Imbiara 123", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 14 de agosto de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

ITAIM BIBI

Ladrão é morto ao tentar assaltar PMs aposentados

Um homem de 27 anos morreu na noite de quinta-feira passada, após tentar assaltar dois policiais miliares aposentados no Itaim Bibi, na zona oeste de São Paulo. Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), os policiais foram abordados ao saírem do carro na Rua José Gonçalves de Oliveira. O suspeito estava em uma moto.

Um dos policiais foi agredido por coronhadas ao sair do veículo e na sequência, ocor-

reram disparos de arma de fogo. O suspeito foi atingido e morreu no local. Com ele foram apreendidos três relógios, um celular, além de uma arma de fogo.

Ainda de acordo com a polícia, a motocicleta estava adulterada e foi constatado ser produto de furto. Durante a ocorrência, um dos policiais aposentados foi atingido por um disparo na mão e socorrido ao Hospital das Clínicas.

As armas foram apreendidas para perícia e o caso foi registrado como adulteração de sinal identificador de veículo, tentativa de roubo, localização/ apreensão e entrega de veículo e morte decorrente de intervenção policial no 14º DP (Pinheiros).

No início do mês, duas mulheres, de 54 e 52 anos, foram assaltadas por um criminoso armado que estava em uma motocicleta na região. Na ocasião, o

homem abordou as vítimas e fugiu levando celulares, bolsa, joias, cartões bancários e outros pertences.

No mesmo bairro, no dia 17 de julho, a Polícia Militar já havia prendido em flagrante um homem de 24 anos e uma mulher de 36 que, segundo a corporação, assaltavam uma farmácia. A dupla tentava fugir com mais de R\$ 209 mil em medicamentos, principalmente canetas para emagrecimento.

USHUAIA

Empresário brasileiro morre ao sofrer acidente com esqui na Argentina

ADRIANA VICTORINO/AE

O empresário paulista Tiago Guimarães Pellegrini, de 44 anos, morreu após sofrer um acidente enquanto praticava esqui em Ushuaia, na Argentina. O acidente ocorreu em 7 de agosto. O Ministério das Relações Exteriores informou que, por meio do Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires, acompanhou o caso e manteve contato com a família do brasileiro, à qual prestou assistência consular.

Segundo familiares, as condições climáticas mudaram repentinamente enquanto Pellegrini esquiava. Ele caiu e atingiu uma rocha com a região do peito. O empresário foi socorrido e levado a um hospital. A família afirma que a unidade de saúde não tinha estrutura adequada para a gravidade do caso. Pellegrini não resistiu aos ferimentos e morreu no hospital. As informações foram enviadas pela família ao portal G1.

Nas redes sociais, a empresa Perfecta Agrodrones lamentou a morte de Pellegrini e destacou a participação do empresário na construção do negócio. "Tiago foi muito mais do que um sócio. Foi parte essencial da construção da Perfecta, dos desafios enfrentados, das conquistas celebradas e de tantos momentos que ficarão para sempre na nos-

sa memória", diz a publicação. A empresa afirmou ainda que o trabalho e a trajetória do empresário deixaram um legado. "Sua presença, seu trabalho e tudo o que construiu ao nosso lado deixaram marcas que o tempo não será capaz de apagar", escreveu. "Tiago, sua história permanece conosco. Seu legado continuará vivendo em tudo o que ajudou a construir."

A jornalista Monica Salgado também prestou uma homenagem a Pellegrini nas redes sociais. Ela contou que os dois eram primos, mas haviam sido criados como irmãos, e lembrou momentos que compartilharam desde a infância.

"Meu irmão. Nascemos primos, fomos criados como irmãos", escreveu. Monica lembrou que Pellegrini foi seu padrinho de casamento e que ela também era madrinha dele. "Falávamos de política, de vinhos, da vida. Você sabia falar sobre qualquer coisa. Era difícil acompanhar seu QI. Adorava seu humor ácido", afirmou.

Na publicação, Monica também lembrou o último encontro dos dois, ocorrido cerca de um mês antes da morte. Segundo ela, Pellegrini havia contado que os negócios estavam prosperando. "Era, sem dúvida, o melhor momento da sua vida", escreveu.

FILIAÇÃO DE FLÁVIO

Missão aciona TSE e entrega dados para identificar fraudador

POR FABRÍCIA BRAGA

O Partido Missão recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para pedir investigação sobre a filiação partidária atribuída ao senador Flávio Bolsonaro sem autorização. A legenda afirma ter reunido registros técnicos que podem ajudar a identificar quem realizou o cadastro e sustenta que dados falsos foram inseridos no sistema.

O caso será relatado pelo ministro Floriano de Azevedo Marques. Na ação, o partido aponta, em tese, a ocorrência de falsidade ideológica eleitoral e pede a apuração da materialidade e da autoria dos fatos.

Segundo o Missão, a legenda também registrou boletim de ocorrência na Polícia Federal. O partido afirma que pretende colaborar com as investigações e se apresenta como vítima da suposta fraude.

"Entramos com uma representação no TSE sobre o absurdo que foi essa manipulação que tentaram fazer no nosso sistema com a filiação do Flávio. Todas as informações que já disponibilizamos à imprensa serão disponibilizadas ao tribunal para a devida apuração", afirmou o presidente nacional do Missão e candidato à Presidência, Renan Santos.

Na petição encaminhada ao TSE, o Missão afirma que seu setor técnico conseguiu recuperar informações relacionadas ao cadastro atribuído a Flávio Bolsonaro. Entre os dados identificados está o endereço de IP utilizado para realizar a operação em 2 de agosto, às 9h05.

A legenda afirma ainda que informações pessoais foram adulteradas durante o preenchimento do formulário, incluindo CPF e endereço. Para o partido, a divergência nos dados indica uma tentativa deliberada de burlar o sistema de filiação.

Com base nesses registros, o Missão pede que os prove-

dores sejam acionados para informar a origem e a titularidade do IP, além das contas associadas ao endereço no período e dos registros de conexão que possam ajudar a determinar de onde partiu o acesso.

A petição também chama atenção para o endereço de e-mail utilizado durante o procedimento, que, segundo o partido, aparenta estar relacionado a Flávio Bolsonaro.

Outro conjunto de registros apresentado ao TSE envolve os e-mails encaminhados ao endereço oficial utilizado pelo senador no mandato. De acordo com a documentação citada pelo Missão, as mensagens aparecem com registros de entrega, abertura e cliques

O partido afirma que Flávio Bolsonaro recebeu comunicações durante o período entre a solicitação inicial e o processamento da filiação pela Justiça Eleitoral. O senador, por sua vez, afirmou que teria considerado as mensagens como spam. Renan Santos contestou essa explicação e defendeu que os registros sejam analisados durante a investigação.

"Ele foi notificado por e-mail. O Gmail oficial foi aberto, houve clique em botões, inclusive relacionados à filiação. Depois ele disse que achava que era spam. Tudo isso precisa ser esclarecido", afirmou.

Missão relata tentativa de cancelar registro no sistema eleitoral

A legenda também levou ao TSE informações sobre uma tentativa de interromper o procedimento antes que a filiação fosse consolidada no sistema Filia, da Justiça Eleitoral.

Segundo a representação, depois de identificar inconsistências entre o CPF informado no cadastro e o documento vinculado ao título eleitoral, o partido tentou cancelar o registro. A operação teria ocorrido em 12 de agosto, às 9h11, mas o sistema retornou erro HTTP 403, indicando falta de autorização para acessar o recurso.

OBSERVADORES

OEA enviará missão para fiscalizar eleições no Brasil

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Organização dos Estados Americanos (OEA) informou que enviará observadores internacionais para acompanhar o andamento das eleições gerais de outubro. Os membros da entidade percorrerão locais de votação e terão reuniões com autoridades brasileiras durante o primeiro e segundo turnos da eleição.

PESQUISA QUAEST

Governo Lula é avaliado como positivo por 36% e regular por 25%

GABRIEL MÁXIMO E GABRIEL DE SOUSA/AE

Pesquisa Quaest divulgada nesta sexta-feira, mostra que 37% dos eleitores consideram o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como negativo, enquanto 36% avaliam a gestão petista como positiva e 25% consideram regular. Não sabem ou não responderam somam 2%.

APROVAÇÃO

A pesquisa também mediu a aprovação do governo Lula. Segundo a pesquisa, 48% desaprovam a administração petista, ante 46% que aprovam. Eleitores que não sabem ou não responderam somam 6%.

Os eleitores foram perguntados ainda como avaliam a situação do País. Segundo 53%, o Brasil está indo na direção errada, enquanto 38% consideram que está no caminho certo. Os

que sabem ou não responderam somam 9%.

O acordo que permitirá o ingresso dos observadores no Brasil foi assinado na quinta-feira passada pelo secretário-geral da OAB, Albert Ramdim, e o representante do Brasil na organização, Benoni Belli.

O envio de representantes de missões internacionais para acompanhar o processo eleitoral brasileiro é uma medida de praxe e ocorre no âmbito de acordos de coopera-

MISSÕES

Além da OEA, já confirmaram que enviarão observadores internacionais a União Europeia, o Parlamento do Mercosul (Parlasul), a União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore), a Liga dos Estados Árabes e a Rede dos Órgãos Jurisdicionais de Administração Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Rojae-CPLP).

ECONOMIA

Para 49% dos entrevistados, a economia do País piorou nos últimos 12 meses, enquanto 19% consideram que melhorou. Os eleitores que consideram que ficou do mesmo jeito são 30%. Não sabem ou não responderam somam 2%.

De acordo com 42% dos eleitores, a economia vai melhorar nos próximos 12 meses, contra

28% que acreditam que vai piorar e 24% projetam estagnação. Não sabem ou não responderam são 2%.

A Quaest ouviu 2.004 entrevistados, com 16 anos ou mais, presencialmente, de 10 a 13 de agosto. A margem de erro é de 2 pontos percentuais (p.p.), para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o código BR-06773/2026.

Flávio é rejeitado por 54% dos eleitores; rejeição do presidente Lula chega a 52%

GABRIEL MÁXIMO E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) são os candidatos mais rejeitados para a disputa à Presidência da República. É o que aponta pesquisa Quaest divulgada nesta sexta-feira. A Quaest ouviu 2.004 entre-

vistados, com 16 anos ou mais, presencialmente, de 10 a 13 de agosto. A margem de erro é de 2 pontos percentuais (p.p.), para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o código BR-06773/2026.

De acordo com o levantamento, 54% dos eleitores di-

zem que não votariam em Flávio de jeito nenhum, enquanto 52% afirmam o mesmo sobre Lula.

O ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) é rejeitado por 35%. O ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) é rejeitado por 34%, à frente de Renan Santos (Missão), que registra 21% de rejeição.

Rui Costa Pimenta (PCO) é rejeitado por 19%, 3 p.p. a mais que Augusto Cury (Avante), com 16%. Samara Martins (UP) tem 11% de rejeição e Edmilson Costa (PCB), 10%. Hertz Dias (PSTU), Leonardo Avalanche (PRTB) e Wilson Grassi (Democrata) têm 9% cada, enquanto Clariana Barão (DC) chega a 6% de rejeição.

Lula segue na liderança com 43% e Flávio alcança 40%, em eventual segundo turno

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) tem 43% das intenções de voto em um eventual segundo turno contra o senador Flávio Bolsonaro (PL), que pontua 40%. O resultado significa empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Os dados são da pesquisa Quaest divulgada nesta sexta-feira. Indecisos representam 4% e brancos, nulos e quem declara que não irá votar somam 13%.

Ambos os candidatos oscilaram dentro da margem de erro. Na rodada anterior da pesquisa, publicada no dia 5 de agosto, o atual presidente tinha 44% e o candidato do PL, 39%.

Aquele levantamento foi contratado pela Genial Investimentos. Já a pesquisa divulgada nesta sexta-feira foi contratada pelo grupo Globo.

Apesar dessa diferença, os resultados são diretamente comparáveis porque a metodologia é a mesma. A Quaest fez 2.004 entrevistas domiciliares entre os dias 10 e 13 de agosto. A margem de erro é de dois pontos percentuais, e o nível de confiança, de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo BR-06773/2026.

Lula ganha dos demais adversários que foram testados no segundo turno contra ele. Quem tem o melhor desempe-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

nho após Flávio, é Ronaldo Caiado (PSD). O ex-governador de Goiás marca 37% contra 44% do atual presidente. Brancos, nulos e quem não votará são 14% e indecisos, 5%.

Em seguida, Renan Santos (Missão) aparece com 36% contra 44% de Lula, também em um hipotético segundo turno. Neste caso, os indecisos são 4% e brancos e nulos somam 16%.

Lula obtém a maior vanta-

gem contra Romeu Zema (Novo). O petista registra 45% das intenções de voto contra 34% do ex-governador mineiro. Indecisos representam 5% e 16% responderam que votarão em branco, nulo ou não votarão.

O atual presidente lidera a corrida no primeiro turno. Lula tem 38% e Flávio, 31% das intenções de voto.

No segundo pelotão, há um empate técnico entre cinco

candidatos. Renan e Caiado têm 4%; o escritor Augusto Cury (Avante) e Zema, registram 2%; e Samara Martins (UP), 1%. Indecisos são 10% e brancos, nulos e quem não votará somam 8%.

Clariana Barão (DC), Edmilson Costa (PCB), Hertz Dias (PSTU), Leonardo Avalanche (PRTB), Rui Costa Pimenta (PCO) e Wilson Grassi (Democrata) não pontuaram.

DIPLOMACIA

Lula só aceitará embaixador dos EUA após as eleições

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta sexta-feira que o governo brasileiro só concederá o agrément ao indicado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para a embaixada norte-americana em Brasília, Daniel Perez, após as eleições de outubro.

Durante entrevista aos podcasts Não Inviabilize e As Cunchãs, Lula criticou as tentativas de interferência do governo norte-americano em questões internas do Brasil.

“Ouvi dizer que eles (EUA) queriam mandar duas pessoas para vir para cá para estudar as urnas, e nós não demos o visto.

Agora, querem que eu apressadamente aceite o embaixador deles. Mas, agora, só (vamos aceitar) depois das eleições”, disse o presidente.

O presidente Lula criticou a demora na indicação e o momento em que ela foi feita.

“Se o embaixador dos EUA é importante para o Brasil, por que eles ficaram um ano e seis meses sem mandar embaixador para cá? E por que só agora, faltando 45 dias para as eleições, eles querem mandar?”, questionou.

Apesar das críticas, Lula ressaltou que o Brasil quer manter uma boa relação com os Estados Unidos e que não deseja conflito com o país.

“Não precisamos brigar.

Não quero guerra. Quero discutir (as questões) com seriedade. O Brasil quer ter uma boa relação com os Estados Unidos”, afirmou.

Ao comentar a relação com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Lula disse acreditar que as medidas adotadas recentemente contra o Brasil não partem diretamente do chefe da Casa Branca, mas de integrantes de sua equipe.

“Acho que não é ele quem não gosta do Brasil”, disse Lula, antes de apontar o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, como um dos responsáveis pelas tensões entre os dois países, e de não gostar nem do Brasil, nem da América Latina.

LEI DE RECIPROCIDADE

Ao comentar sobre as tarifas impostas ao Brasil, Lula disse que “lamentavelmente eles estão construindo inverdades contra o Brasil”.

“Ontem (quinta-feira, 13) entramos com a Lei de Reciprocidade para mostrar que a gente não é pouca coisa, e que nós nos respeitamos”, disse.

O presidente também reafirmou estar preparado para defender os interesses brasileiros diante das divergências com os Estados Unidos.

“Estou muito tranquilo, sabendo o que pode acontecer, e preparado para debater a defesa do Brasil em qualquer lugar do planeta Terra”, concluiu.

DISPUTA COM CIRO

Lula diz que derrota eleitoral no Ceará é 'humanamente impossível'

GABRIEL DE SOUSA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta-feira, em entrevista a podcasts, que considera "humanamente impossível" uma derrota no Ceará com a chapa pró-governo montada para enfrentar o ex-ministro Ciro Gomes (PSDB).

Lula disse que vai viajar ao Ceará para ajudar na campanha

do atual governador Elmano de Freitas (PT) e trabalhar para fazer o eleitor vincular o voto nele ao governador. Além disso, o presidente disse que há o apoio do ex-ministro da Educação Camilo Santana (PT) e do senador e candidato à reeleição Cid Gomes (PSB).

"O Elmano vai ganhar as eleições. Com meu apoio, com o do Camilo e do Cid, é quase humanamente impossível o Elmano

não ganhar as eleições", declarou o presidente.

Lula participou nesta sexta-feira de um podcast com influenciadoras dos programas Não Inviabilize e Cunchãs. Como mostrou o Estadão, a campanha do presidente deve evitar a participação em debates e entrevista com a mídia tradicional, priorizando a interação do petista com canais digitais, que oferecem um ambiente

mais informal e com menos perguntas sobre temas desconfortáveis.

Durante a entrevista, Lula prometeu que, em um eventual quarto mandato, vai reeditar o programa Ciência Sem Fronteiras para impulsionar o intercâmbio de estudantes brasileiros. Segundo o petista, haverá inclusão de áreas como inteligência artificial, matemática e engenharia.

PRESO PROBLEMÁTICO

Bolsonaro pede ao Supremo para se consultar com a nora, que é dentista

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-presidente Jair Bolsonaro pediu nesta sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para deixar a prisão domiciliar e ir ao dentista.

Na solicitação enviada ao ministro Alexandre de Moraes, a defesa do ex-presidente pede que ele seja atendido pela dentista Fernanda Antunes Figueira

Bolsonaro, casada com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A consulta foi marcada para sexta-feira (21), às 14h.

“Requer, portanto, seja autorizada a saída do peticionário de sua residência, exclusivamente para a realização da referida consulta odontológica, pelo período necessário ao deslocamento, atendimento e retorno, observadas as medidas de fisca-

lização pertinentes”, solicitou a defesa.

Bolsonaro está proibido de receber visitas de Flávio depois da divulgação, nas redes sociais do senador, de uma carta escrita pelo ex-presidente, que está em prisão domiciliar e proibido de fazer postagens nas redes sociais, inclusive por meio de terceiros.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três

meses de prisão no processo de trama golpista. Em seguida, após passar por uma cirurgia, ele ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar. O ex-presidente se recuperou de uma pneumonia bacteriana.

Durante o cumprimento da pena, as visitas devem ser autorizadas previamente por Alexandre de Moraes, relator da execução penal.

FALANDO PARA ELE

Mendonça defende imparcialidade em casos do Master e do INSS

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça (**foto**) afirmou nesta sexta-feira, que a atuação do Judiciário em investigações de grande repercussão deve ser guiada pela imparcialidade e pela preservação da confiança da sociedade nas instituições. Relator no Supremo dos inquéritos que envolvem o Banco Master e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Mendonça classificou o caso do banqueiro Daniel Vercaro como um dos episódios mais emblemáticos em andamento e defendeu uma condução baseada em critérios técnicos.

Ao abordar a condução dos processos, Mendonça afirmou que o magistrado precisa manter distância tanto de interesses políticos quanto de eventuais pressões externas e avaliar os elementos reunidos nas investigações de acordo com o que consta nos autos.

“Meu papel é ser imparcial.



FELIPE SAMPAIO/STF

Acho que esse é o meu papel. E o quanto mais eu me mantiver nesse eixo, eu acho que eu vou corresponder aquilo que a Constituição espera de mim, e por decorrência acho que a própria sociedade”, declarou durante entrevista ao IterCast, podcast do Instituto Iter, fundado pelo próprio ministro.

Mendonça também citou a experiência da Operação Lava Jato ao defender cautela na atuação judicial. Segundo o ministro, a observância rigorosa das garantias constitucionais é fundamental para evitar que grandes investigações sejam posteriormente questionadas por problemas relacionados à

condução dos processos

Nesse sentido, ele destacou a necessidade de assegurar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem que isso represente impedimento à responsabilização de pessoas eventualmente envolvidas em ilícitos.

O ministro também alertou para o risco de politização de investigações. Para Mendonça, casos de corrupção não podem ser tratados a partir de alinhamentos partidários ou ideológicos. As decisões, afirmou, devem considerar as provas e os elementos apresentados no processo, sem espaço para perseguições ou proteção indevida.

CONFIANÇA

Ao falar sobre a percepção da população em relação à Justiça, Mendonça afirmou que o combate à corrupção não depende exclusivamente das instituições. Para ele, a sociedade também tem responsabilidade no enfrentamento do problema.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Maria Assunta ao Céu: A Esperança que não decepçiona

Celebramos a Solenidade da Assunção de Nossa Senhora, quando a Igreja proclama com toda a sua fé que Maria, ao final de sua vida terrena, foi elevada em corpo e alma à glória do Céu. Não é apenas uma festa sobre Maria. É uma festa sobre nós, sobre o destino que Deus reserva a cada um dos seus filhos e filhas. Maria é a primeira a chegar lá aonde todos nós, peregrinos e peregrinas desta vida, fomos chamados a chegar um dia.

A mulher vestida de sol: A primeira leitura – Ap 11,19a;12,1-6a.10ab – abre-se com uma visão grandiosa. João contempla o céu aberto e vê o Templo de Deus, e no meio dele, a arca da Aliança. Logo depois, aparece um grande sinal: uma mulher vestida de sol, com a lua debaixo dos pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça. Essa mulher é a Igreja em seu combate e em sua vitória, mas é também Maria, aquela que trouxe ao mundo o Filho que havia de vencer o dragão, a força do mal.

Vivemos numa cidade e num país onde muitas vezes parece que o dragão ainda rugue com força. A violência, as desigualdades, as tantas formas de morte que espreitam a vida do nosso povo, tudo isso pode nos fazer sentir pequenos diante de um mal que parece maior do que nós. Mas o Apocalipse nos ensina algo fundamental. O dragão não vence. A mulher é levada para um lugar de proteção preparado por Deus, e o seu Filho é conduzido ao trono. A voz forte que ressoa nos céus proclama que já se realizou a salvação, a força e a realeza do nosso Deus. Esta é a nossa fé e o nosso consolo. Deus habita esta cidade, Deus habita cada uma de nossas casas, e nenhuma força do mal tem a última palavra sobre a história.

A direita da rainha: O Salmo responsorial deste domingo – Sl 44(45),10bc.11.12ab.16 – nos convida a contemplar aquela que se encontra à direita do Rei, vestida com esplendor. É uma imagem nupcial, que a tradição da Igreja aplicou a Maria como a Rainha que participa da glória de seu Filho. Mas notemos bem, ela não chega a esse lugar por méritos próprios ou por vaidade. Ela chega porque disse sim, porque escutou, porque se deixou conduzir. O salmista escreve, escutai, minha filha, olhai, ouvi isto. Esse é o caminho de Maria e deve ser o nosso caminho. Antes de reinar com Cristo, é preciso escutar Cristo. Antes de participar de sua glória, é preciso participar de sua obediência amorosa ao Pai.

Cristo, as primícias da nossa vitória: Na segunda leitura, São Paulo escreve aos Coríntios – 1Cor 15,20-27a – algo que toca o coração de toda pessoa que já perdeu alguém amado. Cristo ressuscitou dos mortos como primícias dos que morreram. Assim como em Adão todos morrem, em Cristo todos reviverão. A Assunção de Maria é justamente o primeiro fruto colhido dessa promessa depois de Cristo. Se ela, criatura como nós, foi elevada ao céu em corpo e alma, é porque essa é também a nossa esperança. Não uma esperança vaga ou ilusória, mas uma certeza fundada na própria ressurreição de Jesus.

Quantas famílias em nossa cidade enfrentam a dor da perda, o luto, a saudade de quem já não está mais entre nós. A Palavra de Deus, neste dia de festa, não nos pede para fingir que a morte não dói. Ela nos convida a olhar mais além, com os olhos da fé. São Paulo afirma que o último inimigo a ser destruído é a morte, e Deus pôs tudo debaixo dos pés de Cristo. Maria assunta ao céu é o sinal visível de que essa vitória já começou a se cumprir, e que um dia, se permanecermos fiéis, também nós participaremos dela.

O Magnificat, cântico dos humildes: No Evangelho – Lc 1,39-56 – contemplamos a bela cena da Visitação. Maria, logo depois de ter recebido o anúncio do anjo, não fica parada contemplando a própria bênção. Ela se põe a caminho, apressadamente, para servir a sua prima Isabel. Este detalhe é precioso. A primeira atitude de Maria diante da graça recebida é o movimento, o serviço, a saída de si mesma em direção ao outro. É assim que deve ser toda autêntica experiência de Deus em nossa vida. Ela nos tira do comodismo e nos lança à estrada, ao encontro do irmão que precisa de nós.

Chegando à casa de Zacarias, Isabel é tomada pelo Espírito Santo e proclama, bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre. E Maria responde com aquele cântico que a Igreja reza todos os dias ao entardecer, o Magnificat. Nele, Maria não fala de si mesma com orgulho, mas reconhece que o Todo-poderoso fez grandes coisas em seu favor. E depois anuncia algo que deveria fazer tremer os poderosos deste mundo, dispersou os soberbos de coração, derribou do trono os poderosos e elevou os humildes, encheu de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias.

Este cântico de Maria não é uma peça de devoção piedosa e distante. É um programa de vida cristã e social. Numa cidade como a nossa, marcada por tantas desigualdades, o Magnificat nos interpela diretamente. Como comunidade cristã, estamos do lado de quem Deus favorece nesse cântico, os humildes, os famintos, os pequenos? Ou nos deixamos seduzir pela lógica do mundo, que valoriza apenas o poder e a riqueza?

Uma Igreja peregrina de esperança: Irmãos e irmãs, celebrar a Assunção de Maria é celebrar que existe um destino de glória para toda pessoa humana, e que o caminho até lá passa pela humildade, pelo serviço e pela escuta fiel da Palavra. Que nesta Solenidade renovemos o nosso compromisso de ser, como Maria, portadores de Cristo para os que sofrem, visitantes dos que estão sós, cantores da alegria de Deus em meio às dificuldades desta vida.

Que Nossa Senhora, assunta ao céu, interceda por nós e nos ajude a construir, aqui e agora, uma Igreja que semeie esperança nesta grande cidade. Que ela nos ensine, dia após dia, a dizer o nosso próprio Magnificat, reconhecendo as grandes coisas que Deus continua a fazer em nosso favor.

Que Deus nos abençoe, e que Maria, Rainha assunta ao céu, cubra com o seu manto todo o nosso povo.

CRIME SEM CASTIGO

Cláudio Castro é alvo da segunda fase da Operação Sem Refino

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira a segunda fase da Operação Sem Refino, que tem como um dos alvos o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro. Nesta etapa, estão sendo apuradas fraudes na concessão de licenças ambientais para uma refinaria, além de indícios de lavagem de dinheiro relacionada ao esquema investigado. Dezesseis mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Rio de Janeiro, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a PF, a operação também investiga suspeita de crimes de gestão fraudulenta e temerária, sonegação fiscal, evasão de divisas, manipulação de mercado, contra a ordem econômica e irregularidades na comercialização de combustíveis. A nova fase da Operação Sem Refino é um desdobra-

mento da primeira fase, deflagrada em maio deste ano pela PF, quando passou a apurar a atuação de grupo econômico do setor de combustíveis suspeito de beneficiar a Refit, antiga Refinaria de Manginhos. Em nota assinada pelo advogado Carlo Luchione, a defesa de Cláudio Castro negou qualquer participação em irregularidades envolvendo a Refit e diz que o endereço alvo de buscas em Petrópolis não tem, “há meses”, ligação com o ex-governador. “A defesa ainda desconhece o conteúdo integral da denúncia e dos elementos que fundamentaram a operação e aguarda que os advogados tenham acesso aos autos para se manifestar de forma mais detalhada.” A nota diz ainda que todos os atos praticados por Castro durante sua gestão “seguiram critérios técnicos, jurídicos e administrativos previstos na legislação”.

SANTOS DUMONT

PF prende suspeito de golpe que fez idosa perder R\$ 37 milhões

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Polícia Federal prendeu nesta sexta-feira, no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, um homem acusado de participar do esquema fraudulento que fez uma mulher de 70 anos ter prejuízo superior a R\$ 37 milhões. A prisão ocorreu no âmbito da Operação Criptoabate, deflagrada pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul na quinta-feira passada, com o objetivo de desarticular um esquema de fraude eletrônica estruturado por meio de uma falsa plataforma de investimentos. O valor das fraudes pode chegar a R\$ 50 milhões.

MEDICAMENTO

Pesquisa de polipílula para prevenção do AVC busca voluntários

ALANA GANDRA/ABRASIL

Pesquisadores brasileiros recrutam voluntários desde o fim de 2025 para testes com a primeira polipílula brasileira contra acidentes vasculares cerebrais (AVC) e outras doenças cardiovasculares. O objetivo é reunir 8,5 mil participantes, que serão acompanhados por entre três e quatro anos. A polipílula é uma combinação da rosuvastatina 10 mg, contra o colesterol, com dois remédios contra a pressão alta, a valsartana 80 mg e anlodipina 5 mg. A apresentação permite que eles sejam ingeridos conjuntamente. Considerada bem sucedida, a primeira fase de testes em humanos envolveu 370 pessoas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, entre 2020 e 2023. A pesquisa é conduzida pelo Hospital Moinhos de Vento, da capital gaúcha, em parceria com o Ministério da Saúde, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). O trabalho é feito junto com as unidades de atenção primária à saúde e com secretarias de saúde. A coordenação do estudo é

da neurologista Sheila Martins, chefe do Serviço de Neurologia e Neurocirurgia do Hospital Moinhos de Vento. “A ideia é que a gente consiga provar a eficácia do tratamento nessas pessoas que são de baixo e médio risco”, disse Sheila à Agência Brasil. Segundo a pesquisadora, a adesão da população é decisiva para a qualidade dos resultados. “Quanto maior o número de participantes, mais robustas serão as evidências geradas e maior o potencial de orientar futuras políticas públicas de prevenção”. **TESTES** Os participantes precisam ser pessoas com idade entre 50 e 75 anos que nunca tiveram AVC ou infarto e que não façam uso de medicamentos para colesterol, hipertensão ou diabetes. A participação é gratuita e inclui acompanhamento médico periódico por equipe especializada. O recrutamento e o acompanhamento ocorrem em 14 centros de AVC distribuídos por São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco e Acre.

GUERRA

Irã rebate fala de Trump sobre anexar Ormuz aos EUA

LAÍS ADRIANA/AE

O vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Kazem Gharibabadi, rebateu declarações do presidente dos EUA, Donald Trump, e disse que o Estreito de Ormuz "sempre será iraniano", em publicação no X, antigo Twitter. Em evento na tarde desta sexta-feira, o republicano afirmou que tornaria a via marítima um "território americano", após o fim da guerra no Oriente Médio. "O Estreito de Ormuz não pode ser tomado nem com um tuite, nem com um porta-aviões, nem com a emissão de um de-

creto e nem com um discurso de campanha eleitoral. O Irã não teme ameaças e não se intimida com demonstrações de força", escreveu Gharibabadi. O vice-ministro iraniano acrescentou que o controle da rota marítima segue sob Teerã e sua abertura depende do que for decidido pelos iranianos. "Os EUA deviam aceitar de uma vez por todas a realidade: até agora, vocês sofreram derrotas estratégicas e pesadas", disse. "Enquanto não aceitarem isso e abandonarem ilusões, o Irã continuará a impor o cerco em Ormuz". Em paralelo, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Ab-

bas Araghchi, afirmou que o país ainda não tomou uma decisão sobre se retomará as negociações com os Estados Unidos, segundo a ISNA. Ele esclareceu que "nunca houve nada como um cessar-fogo de 60 dias que precise ser renovado". No entendimento do Irã, o memorando de Islamabad era um passo rumo ao acordo para encerrar a guerra, e não um cessar-fogo temporário. "Os EUA violaram este memorando e os confrontos recommecaram. Portanto, não há cessar-fogo a ser prolongado", pontuou ele, de acordo com a agência de notícias iraniana. Araghchi ponderou que os

iranianos ainda trocam mensagens com mediadores do Catar e do Paquistão para tentar encontrar um "novo caminho" de negociações com o EUA, mas que, "de forma alguma", isso significa negociação, conforme a ISNA. Mais cedo, uma autoridade revelou ao Político que Washington considera a situação entre ambos os países como "estagnada" e espera que Teerã "venha à mesa e concorde com um acordo". "Até o momento, eles não fizeram isso", revelou. Segundo a fonte, o cessar-fogo de aproximadamente um mês vai expirar na segunda-feira, se não for renovado.

MÉXICO

Cláudia Sheinbaum acusa EUA de 'ingerência' após revogação de visto

MATHEUS ANDRADE/AE

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, afirmou nesta sexta-feira que há "uma sensação de interferência na política mexicana, não vejo outra razão" ao comentar a decisão dos Estados Unidos sobre a revogação do visto de Andrés Ma-

nuel López Beltrán, filho do ex-presidente López Obrador. Na coletiva de imprensa diária, a líder indicou que a medida tem um "sentido político essencialmente" e que não é equivalente para todos os países. Segundo ela, quem usa o tema é a direita mexicana, a quem acusou de ser "cada vez mais entreguista aos

Estados Unidos". O Morena, partido governista, reafirmou as declarações da presidente e acusou o governo dos Estados Unidos de "intimidar aqueles que defendem firmemente a soberania do México". Em comunicado, a sigla apontou que "o cancelamento

de vistos para pessoas politicamente expostas não constitui prova da prática de qualquer crime ou irregularidade". O Morena pediu que o governo Trump que demonstrasse "respeito mútuo, cooperação e coordenação" em sua relação com a administração de Sheinbaum.

ESTÁTUA

Virgem Maria maior do que Cristo Redentor é inaugurada na Polônia

Uma estátua gigante da Virgem Maria foi construída em um vilarejo da Polônia. A obra será oficialmente inaugurada neste sábado, durante a festa católica da Assunção de Nossa Senhora, mas já alçou o povoado de Konotopie, que tem apenas 120 habitantes e está locali-

zado a 160 quilômetros da capital Varsóvia, ao noticiário internacional. O monumento branco tem 40,6 metros e está sobre uma base de 15 metros em formato de cora. A obra deve funcionar como um mirante e atrair peregrinos. Ela supera a estátua do

Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, que tem 38 metros, e a do Cristo Encantado, que está sendo construída no Rio Grande do Sul, e terá 43,5 metros. De acordo o jornal Gazeta Wyborcza, a estátua só será consagrada pelo bispo em no sábado, mas já está atraindo fiéis.

"Ela realmente chega aos céus", disse uma mulher que parou perto da estátua, ao veículo. Segundo a imprensa local, o monumento da Virgem Maria mais alto da Europa é uma oferenda financiada por Roman Karkosik, de 75 anos, uma das pessoas mais ricas da Polônia.

DRONES

Fonte militar diz que unidade da Aramco em Najran foi alvo de ataque

PATRICIA LARA/AE

Uma fonte militar confirmou que as Forças Armadas do Iêmen atingiram com sucesso uma unidade da estatal petrolífera Aramco, na cidade saudita de Najran, utilizando um drone, segundo a agência de notícias Saba, ligada aos Houthis. A fonte afirmou que a opera-

ção alcançou seu objetivo com êxito, acrescentando que o ataque ocorreu em resposta a violações da soberania do Iêmen por parte de aviões de guerra sauditas e à incursão dessas aeronaves no espaço aéreo do nordeste da província de Sa'ada. A Aramco não se manifestou sobre o assunto por meio de seu canal de informações aos investi-

dores. Autoridades sauditas também não comentaram o assunto, segundo o The Times of Israel. A emissora Al-Masira, do Iêmen, noticiou ataques de artilharia saudita contra aldeias iemenitas nas áreas de fronteira de Razeh e Ghamar, na província de Saada. Mísseis foram disparados pelos Houthis contra posições de

mercenários apoiados pela Arábia Saudita no sudoeste do Iêmen, segundo a Fars News. Já Israel invadiu mais uma vez o território sírio. Após uma incursão terrestre nos arredores de Quneitra, no sul da Síria, os militares israelenses estabeleceram um posto de controle e começaram a revistar cidadãos sírios, segundo a Tasnim.

ARMAMENTISMO

China diz que Japão ‘não aprendeu’ com 2ª Guerra

LAÍS ADRIANA/AE

O porta-voz do Ministério de Defesa da China, coronel sênior Chen Xi, afirmou nesta sexta-feira, que o Japão "falhou em aprender" com a sua derrota na Segunda Guerra Mundial e alertou que o estado atual de "neomilitarismo" japonês exige cautela e vigilância dos países vizinhos. Em nota, o porta-voz disse

que a extrema-direita do Japão continua a "distorcer a história" enquanto impulsiona a expansão militar, com o orçamento de defesa japonês previsto para atingir alta recorde de 8,9 trilhões de ienes (US 55,9 bilhões) no ano fiscal de 2026. Segundo ele, antes de ser detido pela China e forças globais contra o fascismo, militares japoneses "empurraram toda a Ásia em um abismo sangüinário

e desastroso". "Contudo, o Japão falhou em aprender com a história. Há muito tempo, eles têm tolerado a direita encobrindo e negando crimes de agressão e buscando todos os meios possíveis para se libertar dos compromissos pacifistas, tentando desafiar a ordem internacional pós-guerra", afirmou o porta-voz. "Como resultado, o Japão se tornou prejudicial à paz e estabilidade

regionais". O coronel chinês pediu que os japoneses "reflitam" sobre as recentes ações, reconheçam e se responsabilizem por seus crimes de guerra e "interrompam atos perigosos de militarização". "A justiça e a paz não devem ser comprometidas", frisou, acrescentando que tomar a "direção errada" pode trazer uma "derrota mais esmagadora e acerto de contas mais completo". Os comentários ocorrem em meio ao aumento de tensões entre Pequim e Tóquio desde fim do ano passado, quando a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, afirmou que um ataque chinês a Taiwan poderia constituir "uma ameaça existencial" para os japoneses.